

Dívida interna reduzida em R\$ 5 bilhões

por Maria Christina Carvalho de São Paulo

A equipe econômica apresentou, ontem, uma primeira avaliação do comportamento da moeda nos primeiros dias de real: os depósitos a vista nos bancos cresceram 36% e a dívida interna federal foi reduzida em R\$ 5 bilhões. Não houve pressão do câmbio, pois o Banco Central (BC) não comprou nem vendeu moeda estrangeira. Nem do Tesouro, que fechou os primeiros cinco meses do ano com déficit operacional de 0,1% nas contas do governo central.

"Toda a expansão da moeda só deriva da monetização. Não há migração de ativos financeiros para ativos reais", afirmou Pêrsio Arida, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em entrevista coletiva.

O diretor de Política Monetária do BC, Alkimar Ribeiro Moura, informou que os depósitos a vista nos bancos cresceram R\$ 2,026 bilhões nos primeiros doze dias deste mês, passando de R\$ 5,623 bilhões para R\$ 7,649 bilhões.

Por causa desse aumento dos depósitos a vista, os bancos tiveram de recolher em compulsório R\$ 1,73 bilhão, número que terá impacto nas metas de controle da base monetária, formada pela emissão de di-

nheiro e pelos depósitos dos bancos no BC. A meta é que a média da base monetária, que era de R\$ 3,5 bilhões em junho, cresça até R\$ 7,5 bilhões no final de setembro, com uma margem de 20% em casos especiais, e até R\$ 9,5 bilhões em março do próximo ano.

Com o primeiro balanço do acréscimo do compulsório, a base monetária chegou a R\$ 5,23 bilhões. As informações dos depósitos a vista nos bancos ainda são precárias, ressaltou Moura, acrescentando como exemplo que uma instituição informou uma posição em depósitos a vista equivalente a meio Produto Interno Bruto (PIB). Dos 224 bancos que relatam sua posição de reservas e numerário ao BC, 110 ainda estão enviando dados imprecisos, contou.

O aumento dos depósitos a vista é resultado da perspectiva de queda da inflação, que retira o interesse pelas aplicações financeiras. Resgates de investimentos fizeram o BC recomprar R\$ 5 bilhões em títulos do Tesouro e de sua própria emissão, reduzindo o estoque da dívida interna fora do BC de R\$ 59 bilhões para R\$ 54,9 bilhões. "O impacto é positivo porque a diminuição do estoque influi beneficemente nos juros", disse Moura.

(Continua na página 17)

Dívida interna reduzida em...

por Maria Christina Carvalho de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

No Plano Cruzado, também houve um intenso processo de resgate de títulos públicos, que acabou gerando mais inflação. Arida observou, porém, que desta vez os resgates de papéis públicos atendem apenas à demanda pela moeda, enquanto no Cruzado os títulos perderam interesse por causa da queda dos juros.

O secretário executivo de política econômica, Winston Fritsch, ressaltou que não houve pressão do Tesouro nesses primeiros dias de real. afirmou que os primeiros dados, obtidos ontem, dos resultados das contas do governo central registram um superávit primário de R\$ 1 bilhão e um déficit operacional de 0,1% do PIB nos primeiros cinco meses do ano.

A receita líquida de R\$ 8,8 bilhões (Tesouro e Previdência) frente às despesas de R\$ 7,8 bilhões produziu o superávit primário de US\$ 1 bilhão. Mas com as despesas com encargos da dívida, no valor de R\$ 1 bilhão, houve o déficit operacional, ainda que pequeno.

Fritsch afirmou que a previsão do plano econômico de obter um déficit operacional zero pressupõe estabilidade dos salários do funcionalismo. "Qualquer aumento de despesa terá que ser acompanhado de um aumento de receita", afirmou ao ser perguntado sobre as discussões a respeito do reajuste dos militares e demais funcionários públicos.

O câmbio também não causou impacto na moeda: "O BC não comprou nem vendeu dólar nesse período", afirmou o diretor da área externa do BC, Gustavo Franco. Na prática, o BC anunciou, ontem, uma medida que vai reduzir qualquer necessidade eventual de interferência no câmbio, que injete moeda na economia.

"SÓCIOS DAS RESERVAS"

Os bancos foram autorizados, desde ontem, a aumentar seu limite de posição comprada de US\$ 10 milhões para US\$ 50 milhões. "Prendemos tornar os bancos sócios no carregamento das reservas", explicou Franco.

O diretor da área externa afirmou que, na situação atual, em que o BC está fora do mercado e há excesso na oferta de dólares, a cotação da moeda acaba caindo muito assim que os bancos atingem os limites de posição comprada. Se a cotação cair abaixo do piso mínimo desejável pelo BC - um valor que Franco não revela alegando querer manter a liberdade operacional do BC -, ele teria que comprar dólares, colocando reais em circulação. Ao multiplicar por cinco o limite dos bancos, espera que as instituições carreguem mais dóla-

res, sem crescimento da moeda em circulação.

Ressaltou que o limite mais importante não foi alterado, que é o da posição vendida, que define quanto os bancos podem arbitrar levando em consideração os juros externo e interno.

UFIR

Outros pontos principais da entrevista foram:

• Ufir - A equipe econômica deu uma má notícia para o mercado financeiro. A cotação da Unidade Fiscal de Referência (Ufir) continuará igual até quarta-feira, isto é, com variação zero. E sobre o ganho financeiro que exceder essa variação que é calculado o Imposto de Renda. Se a variação é zero, o IR vai recair sobre o ganho integral. Fritsch explicou que a Ufir somente será reajustada quando houver uma "boa ideia da inflação contemporânea".

Arida reafirmou que a Ufir vai seguir a variação do IPCA-E, cuja coleta de dados termina hoje. "Quando a inflação era elevada era possível ir arbitrando o valor da Ufir até se possuir o número final. Numa época de transição como a atual, é difícil fazer isso. Mas a distorção será pequena por causa da inflação baixa", disse Arida, sem esclarecer se o mesmo acontecerá em agosto.

• Alongamento das aplicações - Moura antecipou que medidas de indução ao alongamento das aplicações poderão ser anunciadas até agosto. A ideia é usar a tributação para penalizar as aplicações de curto prazo, um assunto que está sendo estudado em conjunto com a Receita Federal. "Deveremos também ter mais pro-

duzidos, com prazos variados e maior liberdade na administração das carteiras", disse.

• Fundo de amortização da dívida - A regulamentação do fundo a ser formado por ações de empresas estatais deverá estar pronta na próxima semana. Arida não quis antecipar nada por causa dos reflexos sobre o mercado acionário. Mas informou que as ordens de venda serão dadas caso a caso. Acrescentou que o governo tem interesse de fortalecer as bolsas de valores não só para viabilizar o objetivo do fundo, que é reduzir a dívida mobiliária pela venda de ações de estatais, mas também para beneficiar a economia brasileira.

• Salários - A respeito dos aumentos de salários que têm sido concedidos a algumas categorias de trabalhadores, Arida alertou as empresas que os repasses dos reajustes aos preços vão esbarrar na demanda. "No regime monetário e cambial anterior os repasses dos aumentos salariais aos preços eram absorvidos porque ele era acomodatório. O atual não é acomodatório e as empresas que aumentarem os preços terão problemas de demanda. O regime atual fiscal, monetário e cambial vai segurar a demanda".

• Plano de incentivo às exportações - O plano de apoio às exportações deve ser divulgado até o final do mês, informou Fritsch, justificando a demora pelo fato de o programa exigir cálculos do impacto fiscal das medidas. "São medidas para evitar a exportação de impostos e desgravar a produção, junto com outras

reformas que estimulam a competitividade."

• Plano de safra - Deverá ser anunciado até o final do mês o plano de safra do governo, que procurará resolver o dilema entre a correção do crédito pela taxa referencial (TR) - uma vez que está proibida a indexação a índices de preços para contratos com menos de um ano - e as garantias de preços mínimos para os produtos agrícolas. Fritsch adiantou que deverá ser criado algum mecanismo de equalização, com prioridade para a cultura de alimentos básicos e pequenos produtores. O acerto dependerá dos recursos fiscais exigidos e do impacto monetário das medidas.

• Dificuldades de instituições financeiras - Moura disse desconhecer informações de que algumas instituições financeiras estariam com dificuldades para carregar títulos estaduais e municipais. "Nenhuma instituição está sob a lupa do BC. O recurso ao redesconto tem sido residual." Para ele, o problema do mercado interbancário se deve ao estreitamento da liquidez. "Não existe reserva no sistema, o que causa o estreitamento do mercado interbancário."

• Unificação do câmbio - A unificação do câmbio é "um projeto de médio prazo que está sendo trabalhado, relacionado à desindexação e simplificação desse segmento do mercado", afirmou Franco, acrescentando que o projeto é complexo, pois envolve mudanças na legislação diferenciada que hoje existe para cada segmento do câmbio, flutuante, comercial e turismo.